

**DL-01****Ses. Esp. 15/06/12**

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão especial com o objetivo de discutir a problemática da população em situação de rua, políticas públicas e o programa Bahia Acolhe, proposta pela nobre deputada Maria del Carmen, coordenadora da Subcomissão Especial do Desenvolvimento Urbano.

Convido para compor a Mesa minha querida amiga, a deputada proponente da sessão Maria del Carmen; a Exm^a Sr^a Maria Moraes de Carvalho Mota, Secretária em Exercício da Secretaria do Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, representante do governador Jaques Wagner; a Exm^a Sr^a Virgínia Batista, secretária do Trabalho e Assistência Social e Direitos do Cidadão do Município de Salvador; a Exm^a Sr^a Fabiana Almeida Miranda, defensora pública e coordenadora de Direitos Humanos da Defensoria Público do Estado da Bahia; a Sr^a Ângela Gonçalves, superintendente da Assistência Social da Sedes; A Sr^a Maria Lúcia, coordenadora nacional do Movimento de População e Situação de Rua; o Sr. Adalto Leite, coordenador do Programa Bahia Acolhe; o Revm^o Padre Rogério Soares da Paróquia Nossa Senhora da Luz, parceiro de projetos do movimento. (Palmas)

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, infelizmente não posso participar de toda a sessão, por isso, gostaria de passar a presidência dos trabalhos a nobre deputada Maria del Carmen, mas, antes, eu gostaria de convidar aqui para a Mesa, não o fiz antes por um equívoco do cerimonial, a vereadora Marta, que tem um trabalho muito bom na área social. (Palmas) Também dizer à deputada Maria que para mim é um prazer enorme estar aqui neste momento desta sessão especial, ela que preside tão bem a Subcomissão de Desenvolvimento Urbano, pessoa que tem um currículo invejável – já foi secretária do município, deputada estadual, candidata a prefeita de Salvador... Está vendo que sei seu currículo? Agora volta a ser deputada estadual, uma pessoa realmente muito respeitada, muito querida neste Parlamento, das mais assíduas e que tem um trabalho muito voltado para a área social. Portanto, vou passar-lhe a presidência dos trabalhos e voltarei no encerramento desta sessão especial.



Passo a condução dos trabalhos para V.Ex^a, deputado Maria Del Carmen.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Bom-dia a todas e todos. Quero agradecer muito a presença de todos vocês e de todas vocês. Quero agradecer a esses parceiros que nos ajudaram a construir esta sessão especial: à Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, através da nossa secretária, mas com uma especial atenção da nossa superintendente Ângela e do coordenador do programa Adalto; à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; à Secretaria do Trabalho e Assistência Social e Direitos do Cidadão do Município de Salvador, que está aqui presente; à Defensoria Pública; ao Ministério Público do Estado da Bahia que também foi convidado para estar aqui presente e a Lucinha, a nossa coordenadora nacional do Movimento Nacional do Movimento População de Rua. Quero dizer a todos os senhores e senhoras que nós aqui, na Assembleia Legislativa presidimos, neste momento, esta sessão. Mas o presidente, deputado Marcelo Nilo, já falou aqui e só repetindo, nós coordenamos a Subcomissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Solicitamos, através desta subcomissão, realizar este debate e esta discussão nesta manhã.

Em primeiro lugar, o intuito é dar voz e visibilidade para os que estão quase invisíveis ou os que a sociedade entende como invisíveis e não os percebe. A intenção é dar oportunidade de falar àqueles que têm menos voz do que todos os demais. A população de rua é, de fato, aquela que tem menos voz ainda. E esta é a Casa do Povo. E, como tal, nela há o contraditório, o debate, a discussão, onde, aqui, há representantes de todos os segmentos da sociedade para poder fazer este debate.

Queria, Lucinha, dizer que a minha relação com o movimento dos moradores em situação de rua começou há muitos anos. Talvez, para muitos aqui, nem seja do conhecimento este fato. Mara, nossa secretária, permita-me chamá-la desta forma como você é conhecida carinhosamente por todos nós, pelo seu trabalho, sua dedicação, seu esforço na luta para construir uma sociedade mais justa e mais igual.

Apesar de ser engenheira, lá na década de 1990, depois de muitos anos trabalhando no governo do estado em diversas ações, em diversas obras, fui convidada para ir para a prefeitura de Salvador e trabalhar no Centro Histórico. E, lá no centro, me deparei com a



situação, naquele momento, da área central da cidade. Assim que me formei, fui trabalhar na construção do Centro Administrativo e nas grandes obras da Bahia. Naquela década, trabalhei nas grandes obras realizadas na Bahia. De repente, fui para uma ação, lá, no centro da cidade e na área central da cidade.

Depois ter sido a primeira administradora regional de Salvador, o trabalho com a população me levou a uma ligação, cada vez maior, com os movimentos sociais, com a sociedade, com o envolvimento com as pessoas, apesar de ser engenheira. E isso me levou a ser a primeira secretária de Ação Social em Salvador, quando da reforma administrativa feita pelo prefeito Fernando José. Naquele momento, lutamos para que fosse implantada a Secretaria de Ação Social.

Trabalhava no programa que se chamava Projeto Comunitário que era de discussão e de debate com a sociedade. Era o início de debate, discussão e acompanhamento dos problemas que estavam ocorrendo na cidade. Tínhamos tido diversos deslizamentos naquela ocasião. As chuvas tinham trazido uma catástrofe enorme para Salvador. À época, foram mais de cinco mil pessoas desabrigadas.

E ele, o então prefeito Fernando José, me disse: “Só crio esta secretaria se você aceitar ser secretária.” Então eu disse: “Sou engenheira. Esta não é minha área.” O então prefeito retrucou: “Mas só existirá a Secretaria de Ação Social se você aceitar ser secretária.” Então nós aceitamos o desafio e fomos ser secretária de Ação Social de Salvador.

Durante este período, implantamos o primeiro Conselho da Criança e do Adolescente, o primeiro Conselho Tutelar, os primeiros estudos sobre idoso. Miguel, você nos ajudou àquela ocasião, pois era o presidente do Conselho Estadual de Psicologia, e lembra deste processo.

Começamos um trabalho identificando um projeto com o saudoso Gey Espinheira, para fazer uma pesquisa. Foram feitos questionamentos como: o que levava as pessoas a estarem nas ruas? O que as levou a este processo? Qual a proposta que poderíamos fazer para a elaboração de políticas públicas, a fim de ajudar a reinserir essas mesmas pessoas na sociedade? Como dar a elas o direito de poder viver de outra forma?



E fizemos esta pesquisa, e infelizmente tenho o grave defeito de divulgar para as pessoas, mas ninguém tem o resultado dela, que foi analisada, elaborada e perdida ao longo do tempo. Nem eu tenho nenhum exemplar desse processo. Porém naquele momento identificávamos quais eram os problemas, as dificuldades, e só contei isso para dizer da minha identidade com a população de rua, que já é de muitos anos.

Coincidentemente volto a ser deputada, e vemos o movimento da população de rua crescendo, se desenvolvendo. Aí percebemos uma enorme contradição quando o governo federal e a nossa presidenta lançam um programa de erradicação da pobreza extrema, parte já não mais no aguardo de que essas pessoas busquem o poder público para serem reinseridas, mas sim de que ele vá a elas na tentativa de resolver os problemas. Mas ainda vemos muitos. No caso da Bahia, 4 mil pessoas ainda estão vivendo na rua. Isso demonstra a necessidade da elaboração de políticas e integração das já existentes para que possamos enfrentar esta realidade que aí está.

O governo do Estado lança um programa extremamente importante, o Bahia Acolhe, e a ideia é de que nesta Casa esta sessão, que está sendo gravada e passando ao vivo pela *TV Assembleia*, depois repercute, porque essa questão continua passando em diversos outros programas. É para isso que estamos fazendo este encontro. E que os órgãos públicos que estão aqui neste Legislativo possam contribuir para aprimorar, ampliar e fazer com que de fato enfrentemos o problema, ainda mais quando vamos ter dois grandes eventos no nosso Estado, no nosso País nos próximos anos: as Copas das Confederações e do Mundo e depois as Olimpíadas. Estas não na Bahia, mas que também vão repercutir aqui com certeza.

Como temos um governo diferenciado, nos outros governos, quando essas coisas aconteciam, as pessoas desapareciam durante um período. É como se elas se tornassem de fato invisíveis. Como temos um governo completamente diferente, que não vai aceitar fazer algo como isso, temos de trabalhar cada vez mais no sentido de buscar políticas e ações para de fato incorporar cada um e cada uma.

Aí vemos os exemplos que temos visto em depoimentos, como agora na reinserção, inclusive no programa da Arena Fonte Nova. E até quero agradecer aqui ao representante do secretário Ney Campello, que não pôde estar aqui presente hoje, mas está ali



o nosso amigo. Portanto, mais motivos ainda para estarmos neste momento fazendo este grande debate.

Era isso que queria neste primeiro pronunciamento, agradecendo a presença de todos e imaginando que possamos sair daqui hoje mostrando projetos e vendo como cada um de nós pode contribuir para a ampliação dessa ação específica de incorporação dessas e desses que ainda estão vivendo na rua.

Em função disso, já iniciando a nossa audiência, vamos ter uma primeira apresentação cultural feita por Robson Saraiva e Silva, voz e violão, que vai tocar uma música dos Titãs, “Comida”.

O Sr. Robson Saraiva e Silva:- Escolhi essa música porque retrata muito a situação do povo brasileiro. Na verdade, precisamos de muitas coisas.

(Apresentação musical.)

O Sr. Robson Saraiva e Silva:- Precisamos de tudo isso e de muito mais ainda. Precisamos de igualdade de oportunidades, precisamos dizer: estamos aqui, somos gente, em nosso peito também bate um coração. (Palmas)



3598-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Virgínia Batista

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Parabéns, Robson, é exatamente isso, não queremos só comida; queremos cidadania e respeito. Temos fome de dignidade, tem fome de direito à casa, ao emprego, à família, enfim, à vida na sua plenitude.

Convido a Dr^a Virgínia Batista, secretária do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão do município de Salvador, Setad, para que fale sobre as ações que esta capital vem fazendo integradas com o Programa Bahia Acolhe.

Enquanto Dr^a Virgínia se dirige à tribuna, queria parabenizar o deputado Carlos Brasileiro, ex-secretário estadual de Ação Social. Já esteve conosco mas não pôde ficar por ter outros compromissos políticos. Iniciativas que estão produzindo ações rápidas, concretas e efetivas, na medida em que esse programa foi lançado na sua gestão. Então ele é o pai do Programa Bahia Acolhe, e Ângela, a mãe. Infelizmente o pai não está mais aqui neste momento, mas a mãe está e recebe em nome dele esses aplausos. (Palmas)

A Sr^a VIRGÍNIA BATISTA:- Bom-dia a todos e a todas.

Na pessoa da deputada Maria del Carmen, proponente desta sessão, cumprimento todos os membros da Mesa. E aí peço licença, já que gostaria de fazer uma saudação especial ao Frei Rogério. Como lhe disse, é um prazer estar nesta Mesa ao seu lado.

(Lê) “Inicio meu pronunciamento agradecendo à deputada Maria del Carmen pelo convite, dando a nossa Secretaria a oportunidade de estar aqui participando desta sessão especial, contribuindo com o debate sobre população em situação de rua, num dialogo direto entre o poder público e a sociedade civil organizada.

A população em situação de rua constitui-se um grande desafio para as administrações municipais. Em Salvador, observa-se nos últimos anos um crescente número de pessoas que ocupam ruas, praças e viadutos, transformando os espaços públicos em lugar de vivência. Estima-se, hoje, em cerca de 3.000 pessoas que se encontram nessa situação.



Diante das desigualdades sociais às quais os indivíduos estão submetidos, e de um modo especial a população em situação de rua, é imprescindível a existência de programas, projetos e ações que possam garantir direitos que possibilitem, sobretudo, transformações sociais.

A Prefeitura Municipal de Salvador, através da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão, busca em suas ações seguir os princípios básicos da dignidade e respeito à pessoa que hoje se encontra em situação de rua, no resgate sobretudo da sua autoestima e do seu direito a cidadania.

Estamos empreendendo esforços no sentido de melhorar as condições de acolhida dos nossos usuários com a reforma das unidades de acolhimento institucional. No Diário Oficial do município de 12 de junho foi publicado o resultado da licitação, onde a Empresa Roble Serviços Ltda, foi a vencedora e executara no prazo previsto no edital de até quatro meses os serviços de adequação e reparos gerais em todas as unidades que atende pessoas em situação de rua.

Nos comprometemos também em ampliar as vagas para acolhimento, uma vez que aceitamos a expansão 2012, disponibilizada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, devendo ser criadas 1.300 novas vagas até 2014, onde pretendemos implantar Repúblicas, Unidades de Curta Duração, e Acolhimento para Família.

Iremos também intensificar a capacitação continuada das equipes que atuam com estes programas.

Damos destaque as ações do Centro Pop voltadas para o convívio social que possibilitam o resgate da vida, o fortalecimento da autoestima e a reconstrução de vínculos grupais, familiares e societários, espaço onde são desenvolvidas vivências socioculturais que estimulam o exercício da solidariedade e da construção da cidadania.

Essas ações serão ampliadas em breve com a implantação do Centro Pop Baixa dos Sapateiros, até outubro deste ano.

Há também o planejamento da ampliação do número de equipes de Abordagem Social, contando também com o apoio do Programa Bahia Acolhe, bem como a implantação de 05 novos Centros Pop até 2014, pactuada com o MDS.



Entendemos que há necessidade de desenvolver as potencialidades e capacidades que promovam a autonomia, a independência e favoreçam a inserção no mercado de trabalho do morador de rua, fazendo uma estreita articulação com o Serviço Municipal de Intermediação de mão de obra o SIMM, para que este promova a inclusão em cursos de capacitação profissional a exemplo do Pronatec: encaminhamentos para mercado de trabalho e geração de renda.

Nesse contexto, e aproveitando o momento ora proporcionado pela ilustre deputada, gostaria de parabenizar o governo do estado pela iniciativa de implantar o Programa Bahia Acolhe que vem, com certeza fortalecer as ações dos Municípios da Bahia, em especial a nossa Metrópole, cuja complexidade das ações necessitam de um maior suporte nas áreas técnica e orçamentária.

O programa também possibilitará uma melhor articulação entre as diversas políticas, que são necessárias para que o morador de rua possa ter todas as suas demandas atendidas de forma adequada, em especial as políticas de Saúde, Educação e Habitação.

Importante também falar, da parceria com o Movimento População de Rua para que possamos a cada dia aprimorarmos a nossa atuação, considerando as experiências vivenciadas por este segmento marcado pela luta em tornar visível aqueles que historicamente estiveram invisíveis em nossa sociedade.

Obrigada a todos e a todas”. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-02****Ses. Esp. 15/06/12**

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmem):- Quero registrar a presença de Renildo Barbosa, Presidente do Pro Homo; de Paulo Max, coordenador executivo de projetos, representando o secretário Ney Campello, eu já tinha falado com Paulo, agradeço, Paulo, um companheiro de longas datas da Prefeitura de Salvador, agora no governo do Estado; Iara Farias, representando o Secretário para Assuntos Internacionais e Agenda Bahia, Dr. Fernando Schmidt, obrigada, Iara, uma batalhadora da questão da criança e do adolescente, que saudade da nossa Cidade-Mãe; registrar a presença de Aída Bittencourt, coordenadora de projetos da Conder, obrigada, Aída, pela sua presença; saudar o Coronel Eliomar, superintendente da Seprev, obrigada, Coronel; saudar Luciana Bahia, coordenadora executiva da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, que neste momento representa o Secretário Almiro Sena, que é o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, que estava previsto estar aqui, mas teve um compromisso e não pode ficar, não pode vir aqui esta manhã.

Saudar Idelmário Proença, coordenador estadual do movimento sem-teto de Salvador, agradecer a sua presença e dizer da alegria de ter você aqui, essa área de habitação que é uma das contradições enquanto a gente trabalha o Programa Minha Casa, Minha Vida, PAC, Programa de Aceleração e a gente vê que, infelizmente, continua considerando e tendo tanta gente fora da inserção desses programas, que deveriam estar voltados para exercer e realizar o desenvolvimento efetivo.

Há um segmento da sociedade que continua sendo excluído, apesar de programas e de ações tão importantes. A Bahia teve a oportunidade de conseguir contratar mais de 100 mil unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida. No Programa Minha Casa, Minha Vida, tive oportunidade de estar lá em Brasília na consultoria da Caixa, ajudando um pouco nesse processo, mas ainda é muito pouco para o que precisamos.

Só em Salvador, a gente precisa de, aproximadamente, 100 mil unidades habitacionais e isso representa pouco mais do que a gente conseguiu contratar até hoje e não



chega a 10% do que contrata em Salvador, do que a gente precisa para resolver os nossos problemas aqui na cidade. É óbvio que a Casa é indispensável para que a gente possa garantir cidadania. É imprescindível, mas só a Casa não resolve, como disse aqui o nosso cantor, só a Casa também não resolve. Ela é um instrumento, mas ela sozinha não resolve.



3599-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Fabiana Miranda

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Eu queria passar a palavra agora, para a Dr^a Fabiana Miranda, Defensora Pública e Coordenadora de Direitos Humanos da Defensoria Pública da Bahia.

A Sr^a FABIANA MIRANDA:-Bom-dia a todas e a todas, saúdo na pessoa da deputada Maria del Carmen, louvando a iniciativa de trazer a rua para a Assembleia Legislativa. Isso é maravilhoso, porque dá mais visibilidade. Esta sessão especial é um combate à discriminação, ao preconceito, à exclusão que essas pessoas sofrem todos os dias, por parte da sociedade.

Eu estou muito feliz de estar aqui prestigiando, com a apresentação do Programa Bahia Acolhe, que é um programa bom e que a Defensoria Pública vai ficar no pé das secretarias municipais, estaduais para que ele saia, efetivamente, do papel. A atuação com a população em situação de rua precisa ser feita em parceria, em rede. São vários problemas, é muito complexo e para conseguirmos com sucesso retirar mais e mais pessoas nessa situação indigna, precisamos trabalhar em rede.

É preciso que o município, o estado, a Defensoria, o Ministério Público, todos os órgãos trabalhem em rede, um parceiro do outro. A Defensoria Pública, no movimento de população de rua, acabou de fazer o mutirão de cadastramento na sede do movimento. Os números que me foram passados, foram 93 pessoas cadastradas no Bolsa Família, no Programa Minha Casa, Minha vida, capacitação para tentar conseguir vaga no mercado de trabalho e isso a gente conseguiu em parceria, um conjunto, um grupo.

É assim que a gente consegue fortalecer esse trabalho, para conseguir mais resultados, porque cada pessoa que a gente tira da rua, lembramos a lista de Schindler; cada vida salva, a gente está salvando a humanidade. E é isso que estamos fazendo todos os dias, é isso que Lúcia faz todos os dias, é isso que o movimento faz todos os dias, com os parceiros, a equipe maravilhosa que Lúcia tem lá aguerrida.



Eu quero falar o que fazemos na Defensoria Pública. Realizamos um atendimento na nossa sede, no Núcleo de Direitos Humanos, no Canela, e atendemos a população em situação de rua, de segunda a sextas, pela manhã e pela tarde. Não há agendamento, e as pessoas não voltam sem ser atendidas. Fazemos atendimento itinerante toda terça-feira e quinta-feira à tarde na sede do Movimento de População de Rua, no Pelourinho, simplesmente para dar acesso a direitos que essas pessoas têm. Direito à identificação, porque perdem muitos documentos, à questão da violência que sofrem na rua... Fazemos a coleta das informações, termos de declarações, tentamos fazer alguma coisa. É muito difícil! Não há testemunhas da violência que essas pessoas sofrem na rua. Há testemunhas, mas elas não aparecem para que possamos abrir um processo judicial e processar criminalmente os culpados. Então, nós, que trabalhamos com direitos humanos, sentimo-nos impotentes, mas continuamos trabalhando.

Saúde. O Sistema de Saúde Pública municipal, estadual não é adequado para atender às demandas da população em situação de rua, e precisamos conversar sobre isso. Precisamos montar estratégias em parceria para conseguir encontrar soluções para fazer com que esse sistema torne-se apto para atender a essas pessoas. Capacitação e mercado de trabalho. Acredito que mais mutirões possam dar mais chance para essas pessoas.

Renovo a minha felicidade de estar aqui. A Defensoria Pública vai continuar presente, atuante. Já gostaria de marcar, se for possível, uma reunião com a Secretaria, com a secretária da Setad, doutora Virgínia, para estabelecer estratégias em relação aos albergues, aos abrigamentos, para se ter uma licitação... Isso, com a presença do Movimento para que possamos participar desse processo de reforma... Ouvindo o Movimento, ouvindo as pessoas que estão na rua, conseguiremos fazer com que essa reforma seja mais próxima do que eles precisam. É isso. Obrigada a todos e a todas. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3600-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or^a. Ângela Gonçalves

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen): - Obrigada, doutora Fabiana. Quanto mais conseguirmos trabalhar em rede ou trabalhar articulado, melhores resultados com certeza vamos obter. Reitero as palavras da doutora Fabiana, porque por mais capazes e competentes que sejamos, entre quatro paredes a decisão é nossa, não é coletiva. Portanto, apesar de haver a melhor das intenções, o que buscamos de resultado não é o que melhor atende àqueles que serão de fato o objeto da nossa ação.

Concedo a palavra à companheira e amiga Ângela Gonçalves, superintendente de Assistência Social da Sedes. Enquanto Ângela chega à tribuna, quero agradecer a presença das Voluntárias Sociais da Bahia, tem alguém aqui representando essa instituição, não sei bem quem a está representando... Agradecer a presença da Universidade Federal da Bahia, também aqui representada; da Igreja Batista do Garcia; do Conselho Estadual de Direitos Humanos; da Sesab; do Instituto Santo Antônio; do Movimento de População de Rua, cuja coordenadora nacional está presente, juntamente com os demais companheiros que compõem o Movimento da População de Rua; da Fundação Meu Bom Mestre; do Projeto Axé, projeto este que temos o maior carinho, porque o vimos nascer quando eu estava na Secretaria; da ASA, que está aqui também; do Cred Bahia.

Com a palavra a companheira Ângela Gonçalves, superintendente de Assistência Social da Sedes.

A Sr^a ÂNGELA GONÇALVES:- Obrigada. Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Movimento da População de Rua aqui presente e representado na Mesa pela nossa querida amiga e companheira, Lúcia, a todos da equipe da Sedes também presentes, a Mesa representada por um querido companheiro Adauto; a defensora – vamos agora bater à sua porta; a equipe da Secretaria do Trabalho e Ação Social também presente na pessoa da Virgínia; o Frei Rogério, representante da vasta comunidade, grandes e preciosas parceiras que são todas as entidades religiosas que fazem um acolhimento bastante importante para as



ações que vamos implementar no programa Bahia Acolhe. Acho que a Defensoria tem um papel importante nessa caminhada nossa, quero registrar isso. E quero cumprimentar, principalmente, três amigas com as quais tenho orgulho de conviver na esfera político-administrativa no entendimento do que queremos construir para a população da Bahia que são: Mara, secretária, grande amiga e companheira que admiro muito; Maria del Carmen de quem tenho muito orgulho de ser amiga, assim como da Martinha.

Fiquei muito lisonjeada de ser mãe do Bahia Acolhe e, ao mesmo tempo, não preocupada, por isso fiz questão de dizer o nome de vocês, o que vocês representam, porque descobri que sou mãe de quatro mil filhos na Bahia. Isso me torna absolutamente comprometida e responsável e eu tenho que dividir essa responsabilidade.

O Bahia Acolhe não é uma ação totalmente nova. Ele teve o seu início no governo Jaques Wagner, na época, o secretário era o Valmir Assunção. E houve um desenho muito significativo do que nós construímos e aprovamos com o pai Carlos Brasileiro que foi uma pessoa extremamente importante para perceber o anseio do movimento que era instituir o programa a partir de um decreto. Por que o decreto, gente? Muita gente, muitos companheiros, começaram a nos questionar: Por que vocês querem um decreto? O decreto foi fundamental para que percebamos que dentro da ação do governo fica legitimada todas as ações que estão pulverizadas por aí. E essa pulverização não pode ocorrer, ela tem que estar integrada.

Então o grande mérito da instituição, no dia 21 de março, no Congresso Nacional, do Movimento de População de Rua foi trazer isso para dentro de um marco legal e possibilitar que as articulações tenham legitimidade.

Em pouco tempo, construímos articulações importantíssimas, tão importantes que, hoje, para discutirmos melhor o que vamos operacionalizar temos a parceria da Secretaria Municipal de Assistência Social. Há uma agenda contínua entre os técnicos, não só nessas ações, mas em outras, mas fundamentalmente com um olhar especial para a população em situação de rua. Isso ocorre não só com a secretaria municipal, mas começamos abrir com os nossos parceiros. Foi estabelecido um alinhamento maior com a Sesab, com a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos que têm procurado, inclusive com a Sedes, um espaço



para funcionar, um programa, assim como um Centro de Defesa dos Direitos Humanos específico para essa população.

Então essa foi uma definição de articulação que o programa trouxe para nós. E isso foi fundamental.

O programa tem quatro eixos que vou rapidamente colocar, porque me parece que tem um espaço para apresentar mais especificamente, que nos remetem a uma obrigação, não de trazê-los apenas como operacionais, mas fundamentalmente como premissas de como o norte do programa vai estabelecer enquanto ação. Primeiro: abordagem social. Abordagem social é fundamental e temos, com todas as dificuldades que nos são impostas, principalmente questão orçamentária, às vezes administrativa e de gestão, discutido como fazer essa abordagem social, um aspecto voltado para a criança, outro aspecto para a população adulta.

O segundo eixo é o do abrigo, o acolhimento, de que forma essas pessoas vão estar acolhidas se, quando analisamos a estatística, uma pesquisa feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social em 2007, vemos que uma parcela significativa da população está na rua porque quer estar próxima do trabalho que opera e está na informalidade. Então, isso remete a duas situações, a primeira como acolhê-las, segunda, como fazer com que essa informalidade passe por uma mobilidade e seja uma informalidade com patamar de qualificação para o mundo do trabalho. Então, é um foco da abordagem fundamental, assim como é um foco fundamental para o acolhimento.

O terceiro é o monitoramento e avaliação que remete para a vigilância social, que é o quarto eixo ou premissa, levantamento de indicadores e também estratégias de articulação.

O programa tem esses quatro eixos, que são a guarda de todas as ações que estão sendo implementadas. Mesmo com tão pouco tempo de instituição do programa, já conseguimos o que achamos que é uma grande vitória da Sedes, pelo fato também de ter instituído o programa.

Estamos lançando, e o edital já foi aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social. A resolução da aprovação sai na segunda-feira e o edital vai para a PGE. Estamos lançando contratação de entidades para poder cumprir, fundamentalmente, a



qualificação da nossa rede para que ela possa estar unida, e quando falamos isso estamos pensando também no interior do Estado, Vitória da Conquista e Feira de Santana, assim como Salvador, que tem unidades como o Centro POP, assim como vamos qualificar a equipe que está no Creias, então tem uma parte significativa do edital que vai tratar dessa qualificação, assim como já há quatro unidades para acolhimento.

Esse edital está saindo na ordem de R\$ 4 milhões e está sendo o resultado do edital e da contratação desses serviços que vão dar um impulso fundamental nesse programa, e principalmente para que já programemos para o ano que vem uma ação diferenciada.

Então, é caminhar e amadurecer com as propostas para não só oferecer comida, mas principalmente cidadania. É dividir a guarda desses filhos com uma porção de parceiros e fazer com que tenhamos uma Bahia completamente diferente, para que, quando chegar a Copa do Mundo – eu vi isso em 1992, no Rio de Janeiro – ,não façamos uma ação agressiva de tirar as pessoas das ruas porque elas incomodam turistas ou empresários. Essas pessoas que estão nas ruas são cidadãos baianos e temos de olhá-las de uma forma diferenciada, positivando toda a possibilidade de trazê-las para um mundo diferente, que é o mundo de todos nós. Muito obrigada, e vou confirmar com vocês o aprofundamento de todas as ações e agradecer a você, Maria, pelo fato de termos, em tão pouco tempo, condição de fazer a prestação de contas daquilo em que já estamos caminhando. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3601-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Adauto Leite

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Muito obrigada, Ângela, esperamos que hoje consigamos dar mais visibilidade, buscar novos parceiros e ter esta Casa, também, como parceira.

Esta é a preocupação que, também, nos move, ou seja, para que os grandes eventos pressionem na direção de algumas atitudes. Espera-se que as atitudes tomadas não sejam, de fato, a que desejamos e queremos. Mas tenho certeza de que as ações serão diferentes com este programa, com as ações que estamos fazendo aqui e com o compromisso diferenciado do nosso governo.

Quero convidar Adauto Leite, coordenador do Programa Bahia Acolhe, da Secretaria de Desenvolvimento Social, para apresentar o programa.

O Sr. ADAUTO LEITE:- Bom-dia a todos e a todas. É com muita felicidade mesmo que farei a apresentação deste programa neste momento. Antes, quero também saudar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen que, com uma sensibilidade muito grande, entendeu que precisava de uma ação desta para que se desse visibilidade a uma questão que é de extrema preocupação para todos nós.

No telão, eu vou apresentar para vocês, tecnicamente, o Programa Bahia Acolhe e mostrar como o mesmo foi construído. Ele foi instituído pelo Decreto nº 13.795, de 21 de março de 2012, o marco legal, cujos dados referenciaram a preocupação de criar o programa. Por exemplo, foram detectadas quase 50 mil pessoas, no Brasil, em situação de rua pelo MDS em 2007. Se notarmos na apresentação, isso ocorre em apenas 71 cidades do Brasil. Significa dizer que se contabilizarmos todas as outras cidades do Brasil que possivelmente têm pessoas em situação de rua, este número cresce exponencialmente.

Em Salvador, como já foi dito em alguns dados, detectou-se, aproximadamente, 3.000 pessoas em situação de rua. Há algumas características muito específicas da população em situação de rua como, por exemplo, a situação de extrema pobreza e os trabalhos feitos na



informalidade. Existe a dificuldade para que essas mesmas sejam incluídas no mercado de trabalho por causa de sua baixa escolaridade. Isso remete à questão de ações intersetoriais, porque vemos que a necessidade desta população não se resume, apenas, no saciar as necessidades imediatas, pois há outras necessidades que precisam ser supridas.

O marco legal principal deste programa é a tipificação dos serviços socioassistenciais a partir da Resolução nº 109 do Conselho Nacional de Assistência Social e o Decreto nº 753 que institui a política nacional de atenção à população em situação de rua. Cabe dizer que não havia este marco legal ainda instituído quando o programa foi pensado em 2008. Essas novas normativas dão um peso constitucional muito grande ao programa. E isso, para nós, é um motivo de tranquilidade na questão de que há um amparo para que as ações aconteçam.

O objetivo, então, é atender pessoas em situação de rua com vínculos familiares e comunitários fragilizados ou rompidos, em situação de risco e vulnerabilidades através de ações de proteção social básica, que previne situação de violação de direitos, proteção social especial, visando à superação de situações de riscos e à restauração das funções familiares e comunitárias para promover a segurança de acolhida, sobrevivência e autonomia, considerando a integração de serviços e acesso às diversas políticas públicas.

O nosso público alvo são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de rua. Esse é o objetivo geral do programa. É nessa perspectiva que ele atua e é dividido em quatro eixos. A nossa superintendente, como boa mãe que conhece bem o filho, disse já todos os quatro eixos do programa, cabe apenas que nós os reforcemos.

Inicialmente, vigilância social. Prevê justamente detectar as situações de vulnerabilidade, que consistem em: desenvolvimento da capacidade dos meios de gestão para conhecer a presença das formas de vulnerabilidade social e risco da população do território a partir da criação de um sistema de georeferenciamento de informações. Ou seja, esse eixo pretende justamente identificar, por exemplo, onde há a maior incidência dessa população em determinadas áreas dos municípios, não apenas em Salvador, mas em todos os municípios onde o programa alcançará. A partir de diversos dados específicos dessa população, poder otimizar todos os processos para o resgate da cidadania dessas pessoas.



O segundo é a abordagem social, que consideramos a ação mais importante como primeiro contato com essa população. Essa abordagem social define, inclusive, a adesão do sujeito a um plano de atendimento individual. Define como esses sujeitos incorporam o programa. Uma abordagem que não respeite a dignidade do sujeito, uma abordagem coercitiva, definitivamente, não contribui para que o cidadão entenda o programa como mecanismo através do qual ele possa sentir-se seguro. Ele vai entender como mais um mecanismo de violação de direitos. Por isso, como a superintendente colocou, vamos colocar um processo muito responsável de formação das pessoas que atuam nesse serviço no intuito de que sejam de fato qualificadas, sobretudo em parceria com os municípios onde o programa atuar.

O próximo eixo é o que chamamos de acolhimento. Chamamos de acolhimento, por isso o mote do Programa Bahia Acolhe, toda e qualquer ação que venha a resgatar a dignidade desse sujeito desde o primeiro contato com ele, a escuta qualificada... Muitas vezes o cidadão não precisa necessariamente de um serviço, ele precisa apenas ser ouvido, bem ouvido, ele precisa ser entendido como ser humano. Então, todo serviço para além da questão do serviço de abrigo, do serviço de casa de passagem, de república, nós entendemos como serviço de acolhimento. Ou seja, de trazer esse cidadão para um espaço onde ele se sinta seguro, onde ele se sinta protegido para a partir daí constituir a sua autonomia e definitivamente não necessitar de nenhuma ação reparatória, porque ele vai ser dono da sua própria vida.

Monitoramento e avaliação. Naturalmente, se instituirmos um programa, esse programa precisa dar conta do que está acontecendo. Se realmente há efeitos positivos, se há efeitos negativos, como fazer para eliminar os efeitos negativos, para aprimorar e ampliar os efeitos positivos. Então, esse processo de avaliação e monitoramento consideramos como importantíssimo no processo de desenvolvimento do programa. Temos como também amparo dizer que o programa detém-se em dois eixos do Programa Brasil sem Miséria. A garantia de renda através do acesso a benefícios a ação do município prova muito bem quando faz o cadastramento no CAD único, no Bolsa Família, etc. O programa prevê o fortalecimento dessas ações também.



Acesso a serviços públicos como estratégia para a construção da saída progressiva da pessoa da situação de rua. Quando falamos em saída progressiva, estamos dizendo justamente não na retirada, porque esse é justamente o equívoco de entendimento que se tem quando se trata da população de situação de rua. As pessoas querem retirar; as pessoas não querem que eles saiam. A saída é um processo voluntário, construído em conjunto, e a retirada é a uma força coercitiva. Nós não queremos retirar das ruas, queremos que eles saiam das ruas de forma autônoma, responsável e solidária.

O impacto que desejamos é, exatamente, a redução da violação de direitos socioassistenciais e seus agravamentos, e o alcance do grau de autonomia desses usuários, com a redução da presença de jovens, adultos e crianças e adolescente em situação de abandono, de risco pessoal e social, sem condições de moradia.

Queremos que eles saiam, sim, porque não faria sentido ter um programa que não objetivasse a saída dessas pessoas da rua, mas essa saída deve ser de modo voluntário e responsável.

Para que e como o programa se destina? Acho importante perguntar: “Por que o Programa Bahia Acolhe?” Temos um dado significativo sobre as ações dessa natureza. São 165 moradores de rua mortos no país, desde abril de 2011 a março de 2012. São 165 vidas ceifadas das mais diversas formas, e não podemos, simplesmente, fechar os olhos para isso. O programa tem esse porque, tem um motivo bem definido, tem uma motivação. Não queremos que essa questão continue e se agrave ainda mais. Não é possível que pessoas tenham suas vidas ceifadas, sem nenhum tipo de ação concreta de coerção dessa ação.

Vemos, ali, uma coisa interessante. Todos se recordam de um processo ocorrido em São Paulo, recentemente, de retirada das pessoas de uma área denominada de Cracolândia. Ali vimos a violência com que essas ações ocorreram. Muitas pessoas, muitos representantes públicos, muitas pessoas, inclusive, com formação acadêmica invejável, defenderam essa ação na mídia como uma ação necessária. Por ironia do destino, temos como resultado dessa ação uma informação interessante: 72% dos moradores de rua dizem que a vida não mudou com a operação da Cracolândia. Temos, ali, alguns dados que demonstram que a operação foi um fracasso. Apenas se deslocou o foco do problema para



outras áreas da cidade. Possivelmente, se gastou milhões ou milhares de reais com essa operação que não obteve sucesso.

Por isso, aqui na Bahia, estamos diante de um processo muito diferenciado. É um processo de resgate de cidadania, é um processo de resolutividade. É para isso que se propõe o programa, dar solução, e não realizar ações paliativas, apenas para que não incomode as pessoas ricas que não querem ver pessoas nas portas das suas casa, para que não incomode comerciantes etc.

Se nós, realmente, abraçarmos essa proposta como a deputada já abraçou - fica o nosso agradecimento de *per si* – como tenho certeza de que vocês abraçarão, vamos poder, sim, sair com essas pessoas da situação de rua de forma voluntária, de forma responsável, de forma definitiva; isso é importante, de forma definitiva, e não paliativa. Assim, a gente conclui, agradecendo a todos e a todas, esperando que, realmente, tenhamos apoio. Já temos o apoio do governo do Estado, mas esperamos que se amplie e que a questão orçamentária do programa seja mais robusta para as próximas ações, pois, com certeza, ainda temos muitas tarefas a serem cumpridas.

Muito obrigado. (Palmas)

A Srª PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Muito obrigada, Adauto.

(Não foi revisto pelo orador.)



3602-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Marta Rodrigues

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Quero registrar a presença do vereador Márcio Júlio Pereira, de Riachão do Jacuípe; de Raimundo Alves da Silva, presidente do PT de Aporá - Bahia, da Fundação Magno Alves; da presidenta da Câmara de Aporá, a vereadora Joelma Nunes; do vereador Carlos Macedo; do vereador Dudu; do vereador José Mendes e de outras lideranças de Aporá, a exemplo de Zé Raimundo. Quero agradecer a presença de todos vocês.

Passo a palavra, agora, para a vereadora Marta Rodrigues. Peço que a vereadora faça o seu pronunciamento da tribuna, pois você já está acostumada a discursar todos os dias.

A Sr^a MARTA RODRIGUES:- Pois não, deputada Maria del Carmen, a quem eu saúdo.

Quero ressaltar a importância desta sessão especial nesta data, dia 15, dia em que começa também, no Rio de Janeiro, a Cúpula dos Povos. É uma data também importante para marcar. Hoje, o debate lá também vai começar muito acirrado. O Movimento de População de Rua, Lúcia, também está presente lá, acompanhando o debate pari e passu.

Parabéns, deputada, pela iniciativa, juntamente com o Movimento de População de Rua. Parabenizo também a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (Sedes), que acatou e acolheu também a sua proposta para o nome do programa, o Bahia Acolhe.

Peço desculpas pela minha rouquidão. Eu peguei uma gripe, mas não poderia deixar de estar aqui. Quero trazer também uma saudação em nome da Câmara Municipal de Salvador, que é a Câmara mais antiga do Brasil. Na Câmara, Lúcia, nós temos tramitando – já falei com meu amigo, ali – a Frente Parlamentar, que já está toda redondinha, toda pronta.

Estava conversando também com a secretária do Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (CETAD), a quem também saúdo, e com a servidora de carreira Virgínia – é bom quando temos uma servidora assumindo os cargos –, e em nome dela saúdo todos os



servidores, aqui, também, que já nos acompanham nos debates da LDO, da LOA e que sempre estão conosco na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal.

Devemos lançar a Frente, nesta semana. Vou falar com o presidente, o vereador Pedro Godinho, porque essa é uma ação conjunta minha e dele, para que isso aconteça logo.

Já falei com a secretária que a nossa próxima ação é discutir a LDO, que está tramitando na Câmara; ela disse que há um repasse do governo federal para todas essas ações com que ela já se comprometeu. Muitas dessas ações se iniciam este ano e tem um desdobramento no ano que vem. Então, o próximo gestor municipal vai pegar o orçamento deixado neste ano.

Nós precisamos também – e aí, Lúcia, a missão e todo o movimento presente, aqui – estar lá e olhar se está tudo pronto. Quero convidar também a Defensoria Pública, para que a gente possa fazer esse debate conjuntamente. Porque o que não estiver, cabe-nos ainda fazer emendas. Podemos, junto com a Secretaria, ver o que não veio ajustado, principalmente o movimento, para que a gente possa ajustar. Temos até o dia 15 de julho para encaminhar, devolver ao Executivo a LDO. Certo? Vamos sair daqui pactuados com essa nossa ação.

Agradeço também ao Frei Rogério pela sua ação importante e pelo compromisso que tem com essa causa. Quero saudar os três membros importantes da Sedes: Adauto, que é o coordenador do Programa Bahia Acolhe, Ângela Gonçalves, mulher guerreira e batalhadora, e minha amiga Mara Moraes. A gente tem de fazer uma campanha para a permanência dela como secretária da Sedes. Espero que não haja nenhuma substituição, pelo compromisso e dedicação que Mara tem, já a conheço de uma longa caminhada. E mais do que eu, tem o meu irmão Jerônimo que morre de paixão por ela, trabalharam juntos e ele sempre liga, pergunta por ela e diz: vamos fazer uma campanha. Eu também digo: vamos lançar uma campanha para a permanência de Mara na Sedes, pela dedicação e todo esse trabalho que a gente conhece desta companheira de luta.

Quero saudar também a todos vocês e dizer que fiquei um pouco preocupada, porque quando minha amiga Maria falou dos dados, trouxe o número de 4 mil. Acho que é o número do movimento. Quando nossa secretária veio aqui trouxe o número de 3 mil. Então é para vermos o quanto essa contradição é perversa, porque é um segmento que é



invisibilizado e não temos um dado real, a Defensoria está correta quando vem aqui e diz que vai acompanhar passo a passo o Bahia Acolhe e outras ações também que estão acontecendo na cidade.

O nosso papel, o meu, o da minha amiga deputada Maria é esse, fiscalizar e acompanhar. Quando Ângela veio aqui e apresentou os 4 eixos, ela colocou um que considere importante, que são os indicadores. Para buscarmos políticas públicas, seja ela na esfera que for, municipal, estadual ou federal, a gente precisa de indicadores, porque senão a gente não convence e não tem como amarrar os orçamentos públicos, tanto a LDO, que está sendo discutida tanto nesta Casa como no município, como também a próxima peça que vai estar chegando, que é a LOA – Lei Orçamentária Anual, que vamos conseguir trazer as diretrizes que estão agora juntamente com o orçamento para o ano que vem.

Eram essas algumas das nossas preocupações, lá também na Câmara, e deixar combinado aqui com todo o movimento, na figura da coordenadora Lúcia e também da secretária, para que nesta semana ou na próxima coloquemos nossa frente em evidência, de fato incorpore e já vem o nosso primeiro debate, que é a LDO e todas essas ações que V.Ex^a falou aqui. Já tinha visto no Diário Oficial no dia 12 aquela proposta. Então, precisamos trazer, debater e conhecer, se nossa amiga deputada também puder incorporar, acho que quanto mais melhor para podermos fiscalizar. As vezes o Diário é muito pequeno e nem com a lupa a gente acompanha. Mas com diversos olhares acompanhando, com certeza vamos caminhar.

Quero saudar o governo do Estado pelo Bahia Acolhe e dizer, Adauto, quando você estava apresentando, a data que o governador também baixou o decreto, 21 de março, é uma data importante, uma data internacional, o dia internacional da luta contra todas as formas de discriminação desse nosso povo negro. E o povo que está na rua, vamos olhar os rostos que estão aqui, é a população negra que está na rua. Então não é por acaso.

Parabéns a todos vocês e a minha amiga, deputada Maria, pela iniciativa. Nós que conhecemos Maria sabemos da dedicação e como ela conhece Salvador, como ela dialogou com Iara e com todos que estão aqui, trazendo a importância de todos esses projetos que ela



também, quando passou por aquela prefeitura deixou sua marca. A marca de Maria. Parabéns e bom-dia a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3603-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Frei Rogério Soares

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmem):- Muito obrigada, vereadora Marta Rodrigues, V.Ex^a faz um belo trabalho na Câmara de Vereadores, honra o mandato que a população de Salvador lhe deu e eu tenho muito orgulho de dizer que fui sua eleitora. Portanto, parabenizo V.Ex^a pelo trabalho que vem fazendo naquela Casa, associo o nosso mandato ao trabalho que V.Ex^a está fazendo e vamos pensar na possibilidade também de fazermos uma frente parlamentar aqui na Assembleia com relação à população de rua. Vamos conversar com os demais deputados, pelo menos com a bancada do Partido dos Trabalhadores, para que possamos criar essa frente e buscar outros parceiros nos demais partidos da Base do governo ou mesmo da Oposição que queiram incorporar-se a esta luta, que não pode ser uma luta de alguns, mas de todos.

Representando aqui, também, os movimentos sociais ligados às áreas religiosas, passo a palavra a frei Rogério Soares, da Paróquia Nossa Senhora da Luz, que é parceira do projeto dos movimentos.

Quero lembrar que temos outro projeto cujos representantes não estão aqui, tendo em vista que o padre José Carlos ficou de vir hoje, pela manhã, mas não veio. É o Projeto Levanta-te e Anda.

Parabenizo o padre José Carlos e os demais padres que estão envolvidos nesse projeto.

Com a palavra o frei Rogério Soares.

O Sr. FREI ROGÉRIO SOARES:- Bom dia a todos.

Quero saudar os nossos companheiros do Movimento População em Situação de Rua na pessoa de Lúcia, nossa amiga; saudar de forma especial a deputada Maria del Carmen, proponente desta sessão; em sua pessoa quero saudar toda a Mesa; e mandar um abraço especial a todos os membros de outras igrejas e denominações aqui presentes, nossos amigos, parceiros que caminham conosco nesta luta.



Parabenizo a iniciativa da deputada. Este é um momento histórico, como também o foi o Congresso População em Situação de Rua, realizado há 2 ou 3 meses no CTL. Essa foi uma grande conquista. Talvez tenha sido o primeiro congresso de população em situação de rua do Brasil, e foi realizado aqui, em Salvador, uma conquista do movimento. Ou seja, eles passam a ser os protagonistas de sua transformação e sua inclusão. Uma coisa maravilhosa!

Quero dizer aos moradores de rua, agora, em situação de rua, que cada vez que os conheço mais sinto-me muito pequeno diante de um morador em situação de rua pelo conhecimento que eles têm para ensinar à humanidade.

Tenho a satisfação de conviver com quem já estive ou está morando nas ruas. Tudo isso me traz uma alegria, porque Jesus Cristo espera que estejamos junto aos pequenos, àqueles que não têm voz. Temos esta oportunidade, não para que eles continuem nessa situação, mas para que saiam dela, que não é a mais desejada.

Eu trago aqui, de forma rápida, o que fizemos na Paróquia Nossa Senhora da Luz desde que lá chegamos. Há 1 ano e meio estou na Pituba. Quando cheguei encontrei a Praça Nossa Senhora da Luz com uma situação que me incomodava muito. Nós tínhamos na porta da igreja pelo menos sete senhoras com suas crianças pedindo esmolas; roupas estendidas; barracas. Ali mesmo faziam churrasco com pelancas, cozinhavam; os orelhões eram utilizados como armários para guardar as suas poucas coisas.

Essa situação já existia ali há mais de 30 anos, não era coisa nova. Dos nossos moradores em situação de rua, o caçula tem 30 anos de praça. Então, é uma situação que vem de há muito tempo.

Aquela situação me incomodava todos os dias. Aos domingos, ao celebrar a missa, não podia pregar o Evangelho e sair à porta e ver que irmãos meus, filhos do mesmo Pai, estavam numa situação daquela. Eu sentia uma angústia tão grande que queria fazer alguma coisa. Então, fizemos algumas reuniões com membros de algumas entidades da nossa cidade, eu não conhecia muita gente, o vereador Joceval também me ajudou a contatar algumas pessoas, e a gente fez algumas reuniões com a Polícia Militar, membros da Prefeitura, do governo do Estado, ou seja, com algumas entidades. Eu ainda não conhecia o movimento de pessoas em situação de rua, e coloquei a seguinte proposta: a gente pode fazer um trabalho



escutando as pessoas e fazendo e sabendo o que elas querem para sair daquela situação, porque creio que dentro delas também deve vir a saída para o problema. Lembro-me de que um membro da Polícia Militar, claro que com sua forma técnica de pensar, disse: “Padre, o senhor pode até tentar, mas não vai conseguir, não sei se vai muito longe essa sua ideia”.

Esse foi o meu maior incentivo, na verdade, estas palavras que ele me disse: “Talvez seja uma perda de tempo, porque com essas pessoas a gente tem que usar outros métodos”. Eu falei: “Vamos pelo menos tentar”. Foi quando eu conheci Gracivânio, que está aqui, secretário do Movimento de População em Situação de Rua, tenho a satisfação de mencionar seu nome, que é um grande guerreiro, junto com Lúcia, secretário, pessoa muito capaz, que viveu também situação de rua. Ele foi me catequizando, orientando, dando-me os elementos que eu precisava para minha ideia acontecer, tornar-se uma realidade.

A gente montou o projeto, junto com Daris, que também está aqui presente. Chamei, no dia em que eu apareci na igreja para celebrar a missa, um domingo, e vi todo aquele cenário que eu descrevi para vocês agora. Eu estava sozinho naquele dia, celebrei a missa, quando eu saí, disse: “Hoje começa o nosso projeto”. Foi quando eu chamei todos que estavam naquele momento na praça, lá fora, depois da missa, a missa seguinte seria celebrada por outro padre, e eu disse: “Quero todos vocês em minha sala agora, todos”. Claro que o nosso vigia que não está acostumado com isso, ficou muito assustado e dizia: “Mas padre, o que o senhor vai fazer?” “Todos vão ficar na minha sala agora”. Então, enchi a sala com todo mundo e fiz uma pergunta muito simples: “O que vocês querem que eu faça por vocês? O que eu posso fazer por vocês? Quero que vocês digam para mim para que a gente possa crescer junto”.

Eles começaram a falar e eu comecei a escutar, comecei a perceber que ali tinha muita sabedoria, muita coisa bonita. Depois daquele dia, a história foi outra, conseguimos plantar nosso projeto, chamado Projeto Empreender Nossa Senhora da Luz. Hoje, nós temos outra praça. Podem visitar. Quem conhece, quem frequenta as missas pode frequentar a Praça Nossa Senhora da Luz. Ainda precisamos avançar, temos sete meses, talvez, de projetos, mas não temos mais aquele cenário que eu descrevi para vocês.



Eles, realmente, assumiram a sua transformação, porque foi um trabalho lento de conscientização. Foi quando eu fiz a parceria com o Movimento de População em Situação de Rua, trouxe ao conhecimento deles. Vânio, todas as sexta-feiras. tem um encontro com todos, e faz um trabalho de socialização, desconstrução, de construção, muito interessante. E passamos a conhecer caso por caso, porque não dá para colocarmos todo mundo dentro do mesmo balaio e achar que a solução para um vai ser a mesma para o outro. A gente particularizou cada situação e estamos caminhados.

Hoje, temos oito pessoas de carteira assinada em uma fábrica de embalagens, de recicláveis, sete pessoas com o aluguel solidário, que nós criamos, 32 pessoas recebendo uma cesta mensal, três ou quatro crianças em creche, a gente vai colocando de acordo com cada situação, quatro ou cinco pessoas sindicalizadas, o Sindiguarda fez uma parceria conosco para transformar aquele estacionamento em um estacionamento regulamentado pelo Sindiguarda. Aos domingos, quando o Sindiguarda não atua, nós criamos um uniforme para aqueles que trabalhavam ali há 30 anos guardando carros, um uniforme especial para o domingo. Temos três pessoas em uma fazenda de recuperação, porque nós tivemos também que fazer parceria com uma fazenda. Como digo para vocês, as demandas vão aparecendo e a gente vê que o projeto é muito mais complexo, como a doutora disse, do que a gente imagina, precisa muito mais de parceiros; e conseguimos esses parceiros.

Nós temos pelo menos umas cinco pessoas com pequeno empreendimento, que são as guias, como se chama aqui, que é para vender alguma coisa nas sinaleiras ou na porta da sua casa, um cachorro-quente. Hoje temos todos daquele lugar dentro de uma casa. Isso só é possível graças à contribuição da comunidade paroquial.

Eu fiz um desafio muito grande que era dizer para as pessoas não darem esmolas. Um padre dizer isso é quase uma heresia. Porque as pessoas vinham a mim e diziam: padre, mas como é que o Evangelho fala que a gente deve ajudar as pessoas, dar esmolas. Eu falei isso em plena Quaresma. Vocês sabem que o tripé da Quaresma é: esmola, jejum e oração. E eu digo na Quaresma que não deem esmola, então todo mundo ficou espantado. Mas eu digo: acreditem na minha palavra, eu quero que vocês não deem esmola, porque a gente vai dar o



que eles precisam. E o que eles precisam não é a esmola de vocês; isso é migalha, isso é horrível, isso é um atraso.

Agora, quero que eles venham buscar o que eles merecem, o que a gente pode dar e dar dignidade a eles. A comunidade confiou, eu tive que sentar com algumas pessoas porque elas achavam que eu estava sendo muito insensível, e eu dizia para essas pessoas: tudo bem, se vocês querem dar, mas que elas peguem essa esmola na sua casa; dê-me o endereço que elas vão buscar na sua casa. Aqui na nossa porta não. Na nossa porta, eles vão receber dignidade, que é outra coisa.

E aí eles foram entrando no processo, é um trabalho de colocar na mente o que é melhor para eles, porque talvez muitos deles não sabem o que é melhor para eles num primeiro momento. E o projeto foi dizendo o que era melhor para eles, e eles foram compreendendo a mensagem. Lúcia esteve lá também dando palestras algumas vezes. E eu quero dizer para vocês que é possível e esse projeto não custa caro. Se eu for dizer em números para vocês é muito barato, é muito em conta, nós temos na igreja 17 projetos sociais, e digo para vocês que esse é o projeto mais barato que tem e o mais transformador. Porque quem vive com pouco ou com quase nada nas ruas, não precisa de muito para que possa sair.

Então, digo para vocês, é superviável, a nossa ideia é que esse “case”, junto com os parceiros, a gente setorizar a cidade e cada praça atuar de forma particularizada, individualizada e ir avançando setor por setor. Acho que esse é o trabalho que se pode fazer, que o nosso caso possa servir de inspiração. Nós ainda não terminamos a luta, tanto que não podemos sair ainda da praça, já falei para o pessoal, para a Lúcia, para a Vânia, nosso trabalho ainda não terminou, porque a gente quer que eles tenham uma total independência, que nem guardar carros eles precisem mais, que realmente seja uma outra vida.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



3604-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Maria Lúcia

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Parabéns, Frei Rogério, exemplos como esses nos incentivam, mostram que é possível, cada um de nós fazendo a sua parte, dando uma pequena contribuição, transformar. Já pensou se a gente tiver isso espalhado pela cidade de Salvador, não só as igrejas, mas os próprios órgãos públicos, quando a gente passa em alguns deles e vê quantas pessoas em situação de rua estão ali. Se esse trabalho estivesse sendo realizado, talvez a gente pudesse ter essas pessoas em outras condições. Por isso que quisemos que isso fosse feito na Assembleia Legislativa hoje.

Eu queria registrar a presença de Iraildes Santos de Santana, Coordenadora Municipal do Movimento Sem-Teto de Salvador. Agradecer, Iraildes, a sua presença.

Passo a palavra, agora, a Maria Lúcia, que é Coordenadora Nacional do Movimento de População em Situação de Rua e que merece os nossos aplausos pela seu trabalho, pela sua dedicação, pelo esforço que tem feito, pela emoção que ela tem e mostra a todo momento essa integração total nesse trabalho de doação para que possamos transformar essa realidade de tantos que, infelizmente, ainda têm que viver na rua. (Palmas)

A Sr^a MARIA LÚCIA:- Bom-dia. Estamos aqui, não é? Obrigada, deputada Maria del Carmen, muito obrigada.

É engraçado, às vezes as pessoas imaginam que nós somos extraterrestres. Quando fazem de conta que nós não existimos, às vezes dizem que nós somos diferentes. Talvez a gente tenha rabinho, a gente seja diferente, come de forma diferentes... Quando se olha assim, não diz quem é da população em situação de rua. Eu pediria, por favor, levante quem pertence ao Movimento da População de Rua. (Muitas pessoas atendem o pedido da oradora.) (Palmas) Em nada essas pessoas são diferentes de cada um dos que estão aqui. Estão vendo? Não somos extraterrestres, somos seres humanos.

Dá-me uma alegria muito grande ver o que Frei Rogério falou – e é uma responsabilidade imensa falar logo depois – porque, como ele disse, é com muito pouco que



é possível fazer as coisas acontecerem. Sempre digo que o meu nome é Lúcia, eu me chamo Maria Lúcia. Porque, quando chegamos na situação de rua, primeiramente tiram nossa dignidade, nosso respeito e o nosso nome. Chamam-nos de qualquer coisa: vagabundo, maloqueiro, sacizeiro, descompreendido, marginal, menos do nosso nome. Muitas vezes imaginam que estamos nas ruas porque nós desejamos e porque queremos, estamos nas ruas por opção. Estamos nas ruas por falta de opção. É isso que nos leva para as ruas.

Vamos fazer uma retrospectiva e pensar quem é que está na situação de rua: 80% negros, pessoas com deficiência, mulheres vítimas de violência doméstica, idosos, crianças e adolescentes, homens desempregados com mais de 40 anos, pessoas que tiveram suas casas desmoronadas por causa das chuvas ou por qualquer outro ponto, pessoas do sertão que vêm em busca de uma melhor dignidade de vida nas ruas... Então, nós não somos marginais. O que falta é justamente as políticas públicas para a população de rua.

Dizemos sempre que o tempo de sopa e de cobertor acabou. Não queremos mais isso. (Palmas) Queremos o que nos foi negado há séculos e séculos: dignidade, habitação, trabalho, lazer, cidadania, respeito. Não estamos pedindo, estamos exigindo, porque isso nos garante a Constituição. E somos brasileiros também.

Não adianta se falar de uma Bahia para todos se não inclui a população em situação de rua. Não adiante falar de um Brasil sem miséria, se a população em situação de rua não é o seu carro-forte, porque, senão, é um Brasil mascarado. E isso eu disse à presidenta Dilma.

O movimento da população de rua nasceu em 2004 diante do suor e do sangue de amigos nossos, companheiros que foram assassinados. O movimento nasceu aqui, na cidade de Salvador, em 2010. A população em situação de rua viu que só tinha apenas dois caminhos, ou continuava sendo mortos, violados e violentados ou partiríamos para a luta.

Conquistamos o Decreto nº 7.053, que justamente nos dá toda a política nacional da população em situação de rua. A Portaria nº 414 dá prioridade à população de rua dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Estou no Comitê Interministerial de Acompanhamento e Monitoramento das Políticas Públicas, sim! Uma mulher que há 10 anos estava nas ruas bebendo, drogada e não



tinha absolutamente nada, a não ser, talvez, o desejo de viver. Hoje sento com os ministros para discutir a política da população de rua.(Palmas!)

Acabo de chegar de Maceió, onde fomos debater a CIT e, dentro dela, o Plano Operativo da População de Rua. Fomos pactuados nos governos federal, estadual e municipal nesse plano, seja para crianças, adolescentes ou idosos. Então, é possível fazer.

Estamos hoje como conselheiros da Assistência Social. Somos conselheiros nacionais. Estamos dentro da política porque sabemos que precisamos discutir de igual para igual. Portanto, tenho orgulho da minha história de vida e também de fazer parte do movimento da população de rua.

Em 2008 mais ou menos, se não me engano, fiz o debate com o Ministério Público e a Secretaria de Assistência Social. Eu disse que o movimento da população de rua chegou. E chegou para ficar. Chegamos para ficar e estamos apenas começando porque, enquanto existir uma pessoa em situação de rua, não poderemos nos calar.

Acho que o movimento da população de rua vem a fazer mais, e quero justamente dizer a todas as secretarias, a todas as entidades, a todas as igrejas que acabou o tempo de se trabalhar sozinho. Faz-se necessário trabalhar em conjunto. Não existe mais o meu tempo, o meu trabalho ao meu povo. É o nosso. É sair do seu setor, do seu quadrado, começar a olhar o outro e trabalhar em parceria. Acho que o maior empenho do movimento da população de rua é este: dizer sim, precisamos da Defensoria Pública. Sim, como nós precisamos da Assembleia Legislativa, da Câmara de Vereadores, da Igreja Nossa Senhora da Luz, assim como da Igreja Batista.

Precisamos de todos, e todos sentam para conversar de igual para igual. Não existe mais quem é melhor e quem é maior. Existe todo mundo junto para lutar pela mesma causa. A causa das pessoas que ainda estão em situação de rua, a causa daqueles a quem foi negado o direito à vida, o direito à dignidade. Nós não estamos pedindo para sermos tratados como coitadinhos. Porque não somos coitadinhos, somos pessoas, seres humanos com sonhos, desafios, esperanças, tudo!

Dizem que toda população em situação de rua é drogada. Só que não se para para prestar atenção no fato de que, por conta das drogas que estão entrando nas faculdades e



dentro de várias casas de pessoas das classes alta e média, essas pessoas estão indo para a situação de rua. E a população em situação de rua está indo para os bairros. Então é desafiador, mas não é impossível.

O movimento da população de rua só tem apenas dois aninhos. Somos bem pequeninhos, caçulinhas. Mas damos um trabalho desgraçado! (Palmas!) Porque o movimento não simplesmente diz para as secretarias, os governos estaduais, municipais e federal o que precisa ser feito. Ele mostra que é possível ser feito e tem a honra de dizer que temos mais de 70 pessoas trabalhando de carteira assinada. São 52 na primeira etapa, mais 93... Estão faltando mais algumas - viu, Fabiana? -, porque são 150 no total as pessoas incluídas dentro do Programa Minha Casa Minha Vida.

Temos a honra de dizer que o movimento abre todos os dias, de segunda a sexta-feira, justamente para atender, escutar e acolher aquele que chega lá. E destaco que nenhum morador em situação de rua sai sem ter sido escutado. E sua vida tem sido mais ou menos realizada.

Vânia, todos não são bem atendidos? Todos saem de lá com sua demanda esclarecida, porque, para isso, temos dois assistentes sociais, estagiárias do serviço social, justamente para que as coisas aconteçam. Não ganhamos dinheiro para isso; não recebo salário, Vânia e Matias também não. Aliás, muito pelo contrário, Vânia trabalha nos finais de semana na igreja vendendo jornal para ter o dinheiro durante a semana. Sobrevivo, graças a Deus, algumas vezes à custa do meu marido, porque sou muito bem casada, no civil e no religioso, com um ex-morador de rua. Com muita honra, às vezes as pessoas dizem não gostamos de nada disso, mas somos tradicionais, e muito. Os moradores em situação de rua que chegam à sede do movimento são escutados, porque no dia em que um chegar lá e não for atendido, aquilo fecha, porque eu fecho o tempo.

Não temos dinheiro, mas sobrevivemos. Os nossos companheiros que estão trabalhando na Arena Fonte Nova dividem o seu cartão-alimentação para podermos ter o que comer durante a semana. O Frei Rogério nos dá uma cesta básica para nós uma vez por mês; as Voluntárias Sociais também. Não recebemos salário, mas o nosso povo tem dignidade.



Abrimos a nossa sede todos os dias, às 7h da manhã. Saímos de lá quando dá, porque sabemos o que desejamos. Então não consigo compreender quando o povo diz que não é possível, que é difícil trabalhar com a população de rua. Frei Rogério nos mostrou que de todos os projetos dele, esse é o mais barato. Temos 150 atendimentos por mês, damos um trabalho desgramado à Defensoria Pública, porque queremos a vida. É isso que desejamos, a vida.

A população em situação de rua só deseja a vida, e ninguém tem o direito de nos tirar isso. A população em situação de rua não está querendo ser bonitinha nem querer ficar nessa situação aproveitando das latas de lixo, dormindo no frio, no papelão. E quem disser que isso é bonzinho, que estamos nessa porque queremos, eu convido para passar uma semana comigo na rua. De manhã conversamos se realmente é legal dormir na situação de rua. Não é.

Queremos que o Programa Bahia Acolhe possa justamente ser o começo de um grande trabalho para a população em situação de rua. Queremos monitorar. Vai ter um dia, Virgínia, que o Movimento da População de Rua não vai estar encaminhando para trabalho nem para as casas, porque esse não é o nosso trabalho. O nosso trabalho é monitorar, é fazer com que as coisas aconteçam. E isso tem que ser feito justamente no Centro, mas fazemos porque sabemos que o nosso povo tem pressa para sobreviver.

Agora, peço encarecidamente a você, Maria del Carmen: adote o Movimento da População de Rua. Sabemos que estamos numa briga de cachorro grande, e somos pequeninhos, somos apenas poodle, bem tranquilos. E os que vêm são cachorros grandes. Então estamos nos colocando em baixo do seu apoio, da sua proteção. Se não der, aí conversamos, mas estamos pedindo aqui dentro da Assembleia Legislativa.

E outra coisa, estamos pedido a você também, que é tanto nossa apoiadora, Marta, que justamente nos represente dentro da Câmara dos Vereadores, porque nós temos pressa para que possamos, justamente, não sermos mais assassinados, temos pressa para que as pessoas, que se dizem seres humanos, da sociedade não passem nos escorraçando, nos humilhando e nos matando. Por isso nós temos pressa.



Aproveito para pedir, porque que o movimento está com uma dificuldade muito grande, que é a necessidade de ter dois prédios: um para o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua, porque vamos criar aqui um centro de defesa dos direitos humanos para a população de rua e para os catadores de material reciclável – isso só não acontecerá se eu não me chamar Lúcia; e precisamos de um prédio para a sede do movimento. O movimento, graças a Deus, está-se expandindo e precisamos de um local para que a gente possa fazer um trabalho cada vez melhor.

E quero dizer a você que se puder intermediar isso para a gente, Mara, conte com a nossa ajuda, tanto você quanto Virgínia, porque são de pessoas como vocês que precisamos para que a gente possa sobreviver.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



3605-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Pe. José Carlos

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Parabéns, Lúcia, por suas palavras, belíssimas palavras que tocam no coração de cada um de nós, que fazem com que a gente reflita.

Cumprimento o padre José Carlos. Não tive a oportunidade de cumprimentá-lo antes porque não vi quando chegou. Queria convidá-lo a fazer uso da palavra. A secretária vai ser a última a falar, então, já que o senhor está aqui, se quiser usar a tribuna...

Mas queria dizer-lhe, Lúcia, que pode, com certeza, contar com o nosso mandato, não vou dizer com a minha proteção, porque a proteção maior está aqui, no Cristo que nos coroa. Portanto, ele é que pode ser, de fato, a nossa proteção maior.

Mas, com certeza, pode contar com o nosso apoio, a nossa ajuda naquilo que for possível encaminharmos, e estaremos ao lado de vocês nessa luta, que passa a ser também a nossa luta, e gostaríamos que fosse a luta de cada um de nós, baianos, soteropolitanos e brasileiros, para que a gente construa e acabe com isso que ainda nos envergonha. Cada vez que tomamos conhecimento através da imprensa que alguém, um morador de rua foi assassinado, foi violentado, isso toca também em nós, porque cada um de nós é um pouco responsável nesse processo.

Padre José Carlos com a palavra.

O Sr. PADRE JOSÉ CARLOS:- Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na pessoa da deputada Maria del Carmen.

Ontem, eu, como membro titular, participei da comemoração de 1 ano de fundação do Comitê da Verdade, que, hoje, tem como meta encaminhar à Comissão Nacional os processos dos presos políticos desaparecidos na Bahia.

Na oportunidade, disse que é preciso que a verdade não seja apenas a do passado, mas seja, também, a verdade do presente, porque a tortura, os assassinatos, os



desaparecimentos continuam acontecendo no País, e temos como prova o povo de rua que está sofrendo as consequências do sistema que ainda é autoritário, excludente, opressor.

No dia de hoje, se pudesse dividir, mas não posso dividir... O pessoal na Paróquia me disse: “Você tem que bilocar”. Eu disse: “Um só já não presta, imagine bilocado, vai ser uma miséria para todo mundo!”

Eu tinha, primeiro, uma manifestação no centro da cidade, dos idosos, tinha esta sessão aqui, tinha o Conselho de Entorpecentes do Estado, de que sou vice-presidente, tinha uma visita ao Quilombo dos Macacos – e eu disse: “Não sei o que faço e pra onde vou”. Mas como sou vice-presidente do Conselho, tinha que estar presente, por causa da sessão, mas dei um pulo aqui para dizer uma coisa a vocês: qualquer mudança que queiramos realizar, operar neste País, em qualquer âmbito, se não tivermos a sensibilidade de ouvir aqueles que estão vivendo a situação que queremos transformar, não transformaremos. Essa é a visão do padre José Carlos.

Nenhuma transformação parte da ideia, da utopia de nenhum pensador. Ele pode ter as ideias mais brilhantes, mas se aquele grupo humano que é objeto, desculpe a expressão, da transformação não for ouvido, a transformação não vai se operar. Não se pode curar um drogado sem que ele tenha vontade de ser curado. Não se pode transformar a realidade do povo de rua sem que se ouça a vontade do povo de rua. Eu sou um intelectual, posso ter milhões de ideias, mas a vivência, a experiência, o desejo latente está lá naquela realidade.

Então, quando cheguei aqui, fiquei muito feliz ouvindo você falar, Lúcia, muito feliz. Você pode não ter tido espaço para falar em outros espaços, mas graças a Deus na Casa do povo você teve espaço para falar, e Deus seja louvado por isso, e pode contar sempre com o padre José Carlos. O padre José Carlos estará sempre ao lado do povo de rua.

Eu moro na Boa Viagem, minha paróquia, desculpem o personalismo, a paróquia fica no Alto do Peru, na área de São Caetano. Todos os dias passo pelo Largo dos Mares, Avenida Fernandes, Largo de Roma, Dendezeiros, e vejo a população de rua, que, às vezes, na chuva, está naquela distribuição de alimento, que acho que não posso julgar, não é minha tarefa julgar aquilo. Acho que, se quero ajudar, tenho que estar junto para saber o que está acontecendo, porque o meu esquema mental é diferente do esquema mental de qualquer outra



pessoa, ainda mais de alguém que está numa situação de exclusão absoluta, porque ninguém fica na rua porque quer.

E vejo que toma corpo no poder público a vontade de transformar. Quando nós começamos o trabalho na ASA, era incipiente, agora vemos que toma corpo, já tem um movimento, já tem um fórum, está tomando corpo, a vontade política com a vontade do povo está se unindo, e essa união só deve dar frutos bons, e a gente fica feliz por isso, e com certeza vocês serão vitoriosos em tudo aquilo que pleiteiam para transformação do povo de rua.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



3606-II

Ses. Esp. 15/06/12

Or. Mara Moraes

“População em Situação de Rua, Políticas Públicas e o Programa Bahia Acolhe.”

A Sr^a PRESIDENTE (Maria del Carmen):- Muito obrigada, padre José Carlos.

Convido agora nossa secretária, Mara Moraes, secretária em exercício da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza , que representa, neste ato, o governador Jaques Wagner. (Palmas).

Antes da sua palavra, Mara, quero saudar e agradecer a presença de Eleonora Márcia, superintendente de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e também de Miguel Cal que está aqui, eu já tinha falado sobre ele, mas não tinha me referido à sua representação, Miguel, meu amigo de longas datas, Eleonora, também. Portanto, quero agradecer a presença de vocês dois por todo trabalho que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Superintendência vêm fazendo na questão da habitação e interesse social, no programa Minha Casa Minha Vida, e são responsáveis também, Lúcia, para que essas unidades possam estar chegando; foi a luta do governo do Estado para que a gente pudesse, junto com o governo federal e a Caixa Econômica Federal, o companheiro, nosso presidente baiano Jorge Hereda, presidente da Caixa Econômica Federal, fizeram com que a gente tivesse a possibilidade de trazer habitação para tantas e tantas famílias baianas.

Com a palavra a Secretária Mara.

A Sr^a MARA MORAES:- Bom-dia a todos e a todas. Em nome do Governador Jaques Wagner, que tenho a honra de representar nesse ato, saudar a Mesa, a começar pelo meu Pároco, Frei Rogério, eu integro a Comunidade Nossa Senhora da Luz; saudar a nossa querida vereadora e guerreira Marta, que sempre, em todos os momentos que a gente fala da história de direitos humanos nesse país, nesse estado e nesse município, tem a sua marca, a sua imagem; saudar a companheira Virgínia, dizer da diferença que faz uma mulher à frente de uma Secretaria; dizer da necessidade dessa parceria, não é, companheira Ângela, entre o estado e o município, porque é o município quem materializa, quem executa toda a política de proteção ao básico, na área da assistência social, na área da saúde, na área da educação;



saudar a guerreira Lúcia, que consegue aglutinar e promover toda essa força coletiva para sobrepujar as adversidades tão perversas que povoam a população em situação de rua.

Eu quero lhe dizer, Lúcia, que você nem pode imaginar a alegria e o orgulho que nós, militantes de uma outra sociedade, tivemos naquele Congresso da População de Rua, aqui em Salvador, porque a gente sabe que ali tem muito das suas mãos; saudar a companheira Fabiana, da Defensoria Pública, essa grande promotora da garantia de acesso aos direitos a cada cidadão e cidadã; saudar a companheira Ângela, colega de trabalho, amiga, que com profissionalismo, mas, sobretudo, com humanidade vem dando força a esse tema, assistência social; saudar o companheiro Adauto, também colega de trabalho, que juntamente com o Padre João, lá da ASA, vem, a cada dia, ensinando o que é olhar, sentir e trabalhar com a população em situação de rua.

De uma forma especial, saudar e parabenizar a nossa deputada Maria Del Carmem, pela iniciativa de trazer para esse espaço, onde os representantes trazem as necessidades do seu povo, esse tema tão relevante. Eu não sabia que você tinha sido secretária da Assistência Social, Maria, mas sabia da sua ligação com todo esse movimento na área da proteção social. Eu costumo dizer que você é engenheira da cidade do direito, e que essa cidade é construída com outro viés, porque não é o cimento que dá a liga, é o cuidado. Parabéns, companheira.

Saudar a todos, cada uma de vocês, cada um de vocês, dizer de como é importante para a gente, que está de forma interina numa secretaria, mas que de forma efetiva numa militância, e quero te dizer, Lúcia, que só não vou dizer que é muita responsabilidade fazer depois de você, porque nós, não é Ângela, que viemos de um movimento social, e que estamos na gestão pública, por um projeto de sociedade, é uma alegria falar depois de alguém que, com tanta propriedade, com tanta seriedade, com tanto compromisso, coloca uma temática que é responsabilidade e dever do estado.

O desejo da gente é dizer, não precisa mais falar. Não é isso? É dizer, estou contemplada na fala de Lúcia. Mas, aqui se representa o governador e a gente precisa trazer esse tema tão complexo, tão desafiador. Desafiador pelos seus determinantes históricos. Quando a gente fala da população em situação de rua, a gente fala da questão do desemprego, a gente fala da ausência de retaguarda para lidar com algumas estruturas de



trabalho, com algumas estruturas familiares, onde o sujeito não se sente em perspectiva de autonomia.

A gente estar para falar de uma rede de privação e de destruição, tanto no campo material, quanto no campo relacional. Alguns desse determinantes são de difícil resolução, que trata mais de questão macro estrutural. Mas, outros são de natureza conjuntural, e cabe a nós, Virgínia, que estamos na gestão pública, estabelecer o diálogo, construir momentos de escuta para que a gente possa, cada vez mais, devolvendo socialmente os recursos e o sonho que a população deposita na mão dos seus governantes de forma aderente e responsiva, tão bem colocada pelo Padre Zé Paulo, a necessidade da população.

Agora, tem uma dimensão e aí invoco todos nós, que ela tem muito a ver com o valor social. Como esta sociedade que tem a prevalência do consumismo, do individualismo em proporções muito maiores do que o valor a vida humana, que cultua a ideia da intolerância com os desiguais, com os diferentes? Como criar espaços para que os diversos agrupamentos que compartilham os espaços públicos se relacionem de forma humana com a população em situação de rua? Desenvolva a capacidade de ver nela sua própria humanidade.

Porque a gente entende que a pessoa em situação de rua, ela presentifica o incômodo que a desigualdade causa. Ela presentifica o resultado de um processo de acumulação, de um processo de destruição fruto das escolhas políticas, econômicas, sociais adotadas pela sociedade ao longo da história.

E a gente pergunta, é uma realidade que nos confronta, que nos interroga, que cobra da gente qual é o conceito. Cobra de todos nós, nós que estamos na gestão pública, nós que estamos na militância, qual é o conceito de urbanidade, qual é o conceito de cidade, qual é o conceito de civilidade, qual é o conceito de dignidade enquanto fundamento humano?

E acho que é nessa direção que a gente precisa, dessa forma, de mão dupla, juntos, construir as estratégias, estratégia que coloque a pessoa em situação de rua, como sujeito de direito que seja capaz de convergir olhares e percepções, que coloque a pessoa nesse lugar de sujeito de direito e, às vezes, não como objeto de diversos olhares, às vezes, de solidariedade, às vezes, de repulsa, às vezes, de aproximação e, às vezes, de medo.



Só vamos conseguir fazer isso quando fizermos esta escuta forte e sensível e começarmos, de forma intersetorial e transversal, a construir estratégias totalizantes. São estratégias que possam pensar o humano que está em situação de rua em suas múltiplas dimensões e que sejam capazes de articular os diversos serviços, os diversos bens de forma que vá construindo esta mobilidade.

A Bahia lança o Programa Bahia Acolhe apenas como projeto maior, específico, flexível para captar o que é próprio deste segmento. Mas não só o Bahia Acolhe. Precisamos articular o Bahia Acolhe com mais educação. Precisamos articular o Bahia Acolhe com o Minha Casa, Minha Vida. Precisamos articular o Bahia Acolhe com o Planatec. Precisamos articular o Bahia Acolhe com todos os movimentos de busca ativa.

Quando você fala das suas trajetórias e diz “eu estava em Fortaleza”, eu lhe digo que é este movimento que lhe permitiu, hoje, estar neste lugar. E é o mesmo movimento que nos permite dizer que, hoje, temos um programa de transferência de renda que começa com o Bolsa Família e cresce com o Brasil Carinhoso.

Nós vivemos, agora, uma situação nunca vivida neste Estado. São 246 municípios em situação de seca. São 2,7 milhões de pessoas com dificuldade de acesso à água e de acesso à comida. E temos o Bolsa Estiagem. Tudo isso é construção nossa, companheira. (Palmas)

Repito, tudo isso é construção nossa, companheira, ou seja, desses atores e desse domínio que nos permite hoje, deputada, estar nesta Casa do Povo reunidos para debater tal temática. Vejam quantas autoridades há na Mesa! Vejam quantas autoridades há na plateia! Estamos numa sexta-feira e já passamos de meio-dia. Ficaríamos o tempo necessário – não é, Adauto? – para discutir este tema, para trazer a real face, a real fisionomia, a fisionomia bonita. Não é, companheira? Não é, Lúcia? São pessoas que têm marido e filho e precisam de uma casa, de um lugar para se referenciar, mas, sobretudo, de um olhar digno que é dela por direito.

Parabéns, deputada! Parabéns, Lúcia! Parabéns a todos nós que construímos, a cada dia, uma outra sociedade que tem a marca do humano. Agradeço a Deus por me dar a vida e a existência para estar num momento como este.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

**DL-03****Ses. Esp. 15/06/12**

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Depois das belas palavras da nossa secretária que tocou no coração... Ouvimos Lúcia e, depois, a nossa secretária. Ao ouvir Lúcia é perceber o sentimento que sai e brota de seu coração. Depois, ouvimos o padre Zé Carlos fazer a sua reflexão. Por último, tivemos a felicidade e a alegria de ver a nossa secretária Mara nos dando esta lição de reflexão, pensamento e olhar.

Devemos imaginar: será que cada vez que passamos por um lugar desse como uma praça ou uma rua – como disse o padre Zé Carlos – e vemos algum morador em situação de rua, será que nós pensamos, de fato, que ele é um irmão ou alguém como nós com os mesmos desejos, as mesmas vontades e os mesmos sentimentos? Como dito, aqui, por Lúcia, será que essas pessoas têm filhos, marido, mãe, irmãos, amigos, sonhos, desejos, perspectivas de vida, ou que, pela própria situação, essa perspectiva e sonhos estão quase escondidos lá dentro de uma couraça, para conseguir sobreviver e enfrentar as dificuldades existentes na rua.

Tenho certeza de que hoje pelas palavras que foram aqui ditas por Mara, Ângela, Adaauto, nossa defensora pública, nossa secretária Martinha, Frei, que cada um de nós que para aqui veio e não é morador de rua vai sair daqui se sentindo comprometido com essa realidade. Não tenho dúvidas que, a partir de hoje, quem teve a felicidade, o privilégio de estar aqui nesta manhã, cada vez que passar por uma rua, uma ladeira dessa cidade, caminhar no Centro histórico, não vai apenas olhar para os prédios que estão lá, não vai apenas olhar para os carros que estão passando, mas vai olhar para as pessoas que lá estão e que muitas vezes as considerava invisíveis.

Não tenho dúvidas de que não vamos ter coragem mais de olhar para alguém que esteja pedindo e deixar de dar uma esmola, mesmo sabendo que essa esmola apenas nos acalenta, dá-nos a sensação de que estamos fazendo algo pelo outro, apaga a nossa vergonha naquele momento, mas que não resolve o problema daquela pessoa que está ali. Então acho



que hoje foi dada uma lição de cidadania, uma lição de vida, que nos permitirá, a partir de hoje, olhar para isso com outro olhar.

Creio que esta Casa que é a Casa do Povo, a Casa do contraditório, como diz o presidente Marcelo Nilo, a Casa onde os grandes debates, as grandes discussões se realizam, onde temos a responsabilidade e a obrigação de aprovar o orçamento do Estado, de aprovar as leis e os projetos que para aqui vêm, mas que, às vezes, distancia-se pela própria situação do que está acontecendo lá na ponta, porque está longe, não está aqui, ao lado da Assembleia não há nenhum morador em situação de rua, estamos tão distante que até isso não acontece. Talvez até se enxergue menos. A partir de hoje, esta Casa também olhará com esse olhar essa população que precisa, com certeza, da nossa ação e da nossa atenção.

A nossa secretária Mara colocou que essa é uma responsabilidade de muitos, é uma necessidade de muitos. E esta Casa não pode se furtar também de estar nesse processo, nessa integração.

Podem ter certeza de que contam conosco, mas eu tenho certeza de que contam com muitos outros deputados e deputadas que, nesta Casa, têm o mesmo nível de compromisso e sensibilidade para olhar aquilo que nos cerca na tentativa de juntos estarmos num processo, como disse Mara, de transformação da nossa sociedade.

Quem, há 6 ou 10 anos, talvez, imaginaria que pudéssemos estar nesta Casa, eu que já estive aqui há 15 ou 18 anos, debatendo um assunto, um tema, como este que é o tema daqueles que não têm, de fato, visibilidade. Não tenho dúvida de que hoje foi um dia de lição para todos nós.

E, para encerrar essa belíssima manhã, só temos que agradecer, agradecer a você, Lúcia, a sua emoção, o seu sentimento, a alegria de ver cada um de vocês nesta Casa sentir: aqui estão aqueles que representam o povo da Bahia e hoje nesta Casa, quem está aqui são aqueles que têm direito à cidadania igual a todo o povo da Bahia. (palmas)

Hoje, esta Casa é de vocês. Hoje, de fato, esta é a Casa do Povo. Hoje, esta Casa se torna mais ainda a Casa do Povo da Bahia.

Encerrando esta belíssima sessão...



A Sr^a Maria Lúcia:- Miguel disse que tem de tomar cuidado, porque o povo de rua não tem limite de tempo nem de espaço. Quando você diz que hoje é o nosso dia aqui, não se preocupe, não, porque vai ser hoje, amanhã, depois de amanhã... (Palmas)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Melhor ainda, Lúcia. Mas é por isso que esta data é um marco. A partir de agora este Poder se transforma, de fato, na Casa do Povo da Bahia.

Convido Robson Saraiva e Silva para encerrar com a música *Liberdade*, de Edson Gomes, esta nossa manhã de alegria, felicidade e construção de um novo momento.

(Apresentação musical.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria del Carmen):- Obrigada, Robson, que nos propiciou uma belíssima apresentação e fez com que este momento fosse mais lindo ainda com a leveza da sua voz e do seu violão.

Quero, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradecer a Adalto, a Ângela, a nossa defensora pública, a frei Rogério, à minha querida amiga vereadora Marta Rodrigues, a nossa secretária Virgínia, a minha querida amiga Lucinha, mais uma vez parabenizando-a e a nossa secretária Mara, em nome do nosso governo Jaques Wagner, que vem transformando a Bahia e mostrando que de fato vale a pena estar nos diversos órgãos e aqui na Assembleia na defesa intransigente das causas.

Enfim, agradeço a todos que estiveram nesta sessão. Ao padre Zé Carlos, aos demais religiosos, ao povo de rua, a Eleonora e a todos vocês que representam os diversos órgãos municipais e estaduais que fazem essa política.

Declaro encerrada a sessão com muita alegria e responsabilidade por estar aqui sendo solicitada para ser um pouco madrinha do movimento dentro desta Casa. Abraço a todos.